

**Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Ciências Econômicas
Programa de Pós-Graduação em Economia**

**Edital Suplementar de Seleção 2020 – Mestrado e Doutorado
Vagas para Indígenas e Pessoas com Deficiência**

O Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais FAZ SABER que, no período de **06 de junho de 2019 a 31 de julho de 2019**, estarão abertas as inscrições para seleção de candidatos ao curso de MESTRADO EM ECONOMIA, e que, no período de **15 de julho de 2019 a 01 de outubro de 2019**, estarão abertas as inscrições para seleção de candidatos ao curso de DOUTORADO EM ECONOMIA, em cumprimento à Resolução no 02/2017, de 04 de abril de 2017, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFMG, que dispõe sobre a Política de Ações Afirmativas da UFMG.

1. SOBRE A SELEÇÃO PARA O CURSO DE MESTRADO:

1.1. DAS INFORMAÇÕES PRELIMINARES

1.1.1 A realização do concurso está a cargo da Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia - ANPEC. Endereço: Secretaria Nacional do Exame ANPEC – UFMG - Campus Pampulha: Avenida Antônio Carlos, 6627, sala 3011, 3º andar da Faculdade de Ciências Econômicas, CEP 31270-901, Belo Horizonte, Minas Gerais, site www.anpec.org.br, telefone 3409-7282.

1.1.2 Para concorrer às vagas oferecidas neste edital, o candidato deverá, obrigatoriamente, comprovar sua condição de pessoa com deficiência ou indígena.

1.1.3 Serão consideradas pessoas com deficiência aquelas que se enquadrarem nas categorias indicadas no artigo 4º do Decreto nº 3.298/99 e suas alterações e na súmula Nº 377-STJ, de 22 de abril de 2009 e na Lei 12.764/2012.

1.1.4 Não poderão concorrer às vagas reservadas para pessoas com deficiência os candidatos que apresentem: deformidades estéticas; deficiências sensoriais que não impliquem impedimento e restrição para o seu desempenho no processo de ensino aprendizagem; transtornos específicos do desenvolvimento das habilidades escolares (CID10-F81); dislexia e outras disfunções simbólicas (CID-R48); transtornos hiperkinéticos (CID10- F90); transtornos mentais e comportamentais (CID10-F00 – F99); ou mobilidade reduzida.

1.1.5 Consideram-se indígenas os candidatos assim autodeclarados, que apresentarem declaração sobre sua condição de pertencimento étnico, assinada por pelo menos três lideranças reconhecidas de sua respectiva comunidade, e declaração da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), atestando que o candidato reside em comunidade indígena.

1.2. DAS VAGAS

1.2.1 Serão oferecidas, para ingresso no primeiro semestre de 2020, duas vagas para o Mestrado (uma para indígenas e uma para pessoas com deficiência).

1.2.2 A reserva de vagas destinada ao processo seletivo somente será aplicada aos candidatos que cumprirem os critérios exigidos em cada modalidade de vaga selecionada.

1.2.3 A opção de reserva de vagas só poderá ser feita no ato da inscrição no processo seletivo, observado o período determinado para esse procedimento.

1.2.4 As vagas serão preenchidas pelos(as) candidatos(as) aprovados(as) que obtiverem melhor classificação, respeitando-se o limite máximo de vagas deste edital, independentemente das áreas de concentração ou linhas de pesquisa.

1.3. DA INSCRIÇÃO

1.3.1 Antes de se inscrever no concurso, o candidato deverá tomar ciência do conteúdo deste Edital, incluindo os demais documentos que o integram, para certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos.

1.3.2 As inscrições deverão ser feitas mediante o **preenchimento on-line do cadastro de inscrição**, que estará disponível no endereço <https://exame.anpec.org.br/> no período da inscrição. O candidato obterá o programa e bibliografia das provas, no portal <http://www.anpec.org.br/novosite/br/exame> ou na Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Economia da UFMG, na Avenida Antônio Carlos, 6627, sala 3005, 3º andar da Faculdade de Ciências Econômicas, Campus Pampulha, Belo Horizonte, Minas Gerais. Os documentos para a inscrição poderão ser enviados pelo Correio para o endereço da Secretaria do Programa, com data de postagem até 04 de setembro de 2019. **Não serão aceitas inscrições cujo carimbo dos correios indicar que foram enviadas após o dia 04 de setembro de 2019.**

1.3.3 Integram o presente edital os seguintes formulários (disponíveis no site do Programa):

a) Cadastro de Inscrição on-line – disponível no site da ANPEC (<https://exame.anpec.org.br/>); b) Formulário Autodeclaração de pessoa com deficiência; c) Modelo de relatório do médico assistente (ou outro, desde que contenha todas as informações que constam do modelo); d) Formulário de solicitação de condições especiais para realizar a prova; e) Formulário de autoreconhecimento Indígena; f) Formulário de declaração de lideranças indígenas; g) Formulário de declaração de residência em comunidade indígena.

1.3.4 No ato da inscrição, o candidato com deficiência deverá anexar relatório médico que atesta o tipo de deficiência que apresenta, informar se necessita e quais medidas são necessárias para a realização das provas, demandas que serão atendidas segundo critérios de viabilidade e razoabilidade.

1.3.5 O candidato que declarar ter alguma deficiência, se classificado no processo seletivo,

deverá se submeter à **análise obrigatória feita por Banca de Verificação e Validação, designada pela Reitoria da UFMG, para comprovação da condição de pessoa com deficiência**. O ingresso do candidato com deficiência aprovado no curso fica condicionado à caracterização de sua deficiência atestada pela **Banca de Verificação e Validação**.

1.3.6 O candidato deverá fazer o **preenchimento on-line do cadastro de inscrição**, que estará disponível no endereço <https://exame.anpec.org.br/> no período da inscrição (**até 31 de julho de 2019**).

Após o preenchimento on-line do cadastro de inscrição, os candidatos deverão enviar para o endereço da Secretaria do Programa, até 04/09/2019, os documentos relacionados abaixo. Não serão aceitas inscrições cujo carimbo dos correios indicar que foram enviadas após o dia 04 de setembro de 2019.

- (a) cópia do histórico escolar do curso de graduação,
- (b) *curriculum vitae* (formulário I - modelo no Manual do Candidato da ANPEC);
- (c) telefones para contato;
- (d) para concorrer como candidato com deficiência, os seguintes formulários preenchidos, em modelo disponível na Secretaria e no sítio do Programa (www.cedeplar.ufmg.br), deverão ser apresentados: i) autodeclaração de pessoa com deficiência; ii) relatório do médico assistente; iii) formulário de solicitação de condições especiais para realizar a prova.
- (e) para concorrer como candidato indígena, os seguintes formulários preenchidos, em modelo disponível na Secretaria e no sítio do Programa (www.cedeplar.ufmg.br), deverão ser apresentados: i) autoreconhecimento indígena; ii) declaração assinada por pelo menos três lideranças indígenas; iii) declaração da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), atestando que o candidato reside em comunidade indígena.

1.3.7 Inscrições com documentação incompleta ou enviada fora do prazo estabelecido neste Edital **SERÃO INDEFERIDAS**. Nenhum documento poderá ser anexado após envio da inscrição.

1.3.8 A homologação das inscrições para o processo seletivo do mestrado será divulgada no dia 18 de setembro de 2019, no mural da Secretaria e na página web do Programa.

1.3.9 As informações prestadas no formulário de inscrição são de inteira responsabilidade do candidato, dispondo a UFMG do direito de excluir deste concurso, mesmo que tenha sido aprovado em todas as provas, independentemente de qualquer aviso ou diligência, aquele que fornecer dados comprovadamente inverídicos, cabendo, neste caso, ampla defesa, conforme o item 2.8.10 deste edital.

1.3.10 A UFMG não se responsabilizará por inscrição não recebida por motivos de natureza técnica associados a computadores, a falhas de comunicação, a congestionamento de linhas de comunicação e por quaisquer outros motivos de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados para consolidação da inscrição.

1.3.11 A Coordenação do Programa poderá a seu critério e visando atender aos interesses públicos, fazer alterações neste Edital, as quais serão divulgadas no site do Programa: www.cedeplar.ufmg.br, em prazo hábil, por meio de editais complementares ou retificadores. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes ao processo seletivo.

1.4. DO PROCESSO SELETIVO

1.4.1 A Comissão Examinadora para a segunda etapa da seleção ao mestrado será composta pelos professores do Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Economia do CEDEPLAR-UFMG. A relação nominal dessa Comissão Examinadora será divulgada, na Secretaria e na página web do Programa (www.cedeplar.ufmg.br), até 48 horas antes do início do processo seletivo juntamente com a declaração de inexistência de impedimento e suspensão de cada membro da banca em função dos candidatos inscritos neste concurso.

1.4.2 O processo seletivo para o mestrado constará de **duas etapas**, de caráter **classificatório e eliminatório**.

1.4.3 A **primeira etapa**, a cargo da ANPEC, compreenderá provas escritas que serão realizadas nos seguintes dias e horários, em local informado no **Manual do Candidato da ANPEC/2020**, disponível na página da organizadora do processo seletivo:

1.4.3.1 - 25/09/2019:

Macroeconomia - 08:00 às 10:15 horas;

Estatística – 10:30 às 12:45 horas;

Economia Brasileira - 14:30 às 17:30 horas;

1.4.3.2 – 26/09/2019:

Matemática – 08:00 às 10:15;

Inglês - 10:30 às 12:45 horas;

Microeconomia - 14:30 às 16:45 horas.

1.4.3.3 Antes de proceder à correção das provas objetivas, o Exame ANPEC divulgará os gabaritos das questões e analisará eventuais contestações dos candidatos às respostas oferecidas pela banca examinadora, mas exige que os prazos oferecidos e o modelo de requerimento de recurso sejam rigorosamente observados: 1. PUBLICAÇÃO DO GABARITO - Os gabaritos das provas objetivas estarão disponíveis **a partir das 14 horas do dia 30/09/2019**, no endereço: <http://www.anpec.org.br>, ocorrendo alteração no gabarito, a versão alterada será a oficial; 2. PRAZO PARA RECURSOS – O prazo para recursos irá **do dia 30/09/2019**, a partir da divulgação do gabarito, **até às 14 horas do dia 01/10/2019**. Não serão aceitos recursos anônimos. O reclamante tem que necessariamente identificar-se e explicar porque acha que a questão está incorreta. A aceitação do recurso implicará a alteração do gabarito; 3. MODELO DE RECURSO – O recurso deve ser enviado pelo portal do candidato <https://exame.anpec.org.br/>, na seção recursos. O candidato deve seguir as instruções da seção. O gabarito definitivo, após recurso, será divulgado junto com a divulgação do resultado do Exame Anpec, no dia 04/11/2019 às 14 horas.

1.4.3.4 A divulgação dos resultados da primeira etapa será feita **a partir das 14 horas do dia 04/11/2019**, no portal do candidato <https://exame.anpec.org.br/>. A ANPEC classifica os candidatos em ordem decrescente de desempenho nos exames, sendo atribuídos pesos iguais (20%) às provas, não computada a prova de inglês.

1.4.4 A **segunda etapa** estará a cargo da Comissão Examinadora da UFMG, que selecionará, a partir da lista de classificação do concurso nacional da ANPEC, dentre **aqueles candidatos que concorrem pelas vagas reservadas para candidatos (as) indígenas e portadores (as) de deficiência, melhor classificados (as) que fizeram a opção pelo CEDEPLAR/UFMG** no ato da inscrição e que, portanto, atendem aos requisitos de aptidão nas disciplinas Macroeconomia, Microeconomia, Economia Brasileira, Matemática e Estatística. Os pesos (em porcentagem) atribuídos pela Comissão Examinadora da UFMG às provas serão os seguintes: Microeconomia, 20%; Macroeconomia, 20%; Matemática, 15%; Estatística, 20%; Economia Brasileira (prova objetiva), 05%; Economia Brasileira (prova discursiva), 20%. Serão aprovados os candidatos que obtiverem, no mínimo, 60% dos pontos, considerada a ponderação acima. No cálculo da média, a prova de inglês tem peso zero, contudo, a aprovação (mínimo 60%) é requisito para ingresso no curso.

1.4.4.1 Esta etapa compreende os procedimentos de seleção, conforme constam no Manual do Candidato da ANPEC/2020, disponível na página da organizadora do processo seletivo. De acordo com o especificado no Manual do Candidato, o processo de aceite acontecerá em três rodadas, sendo necessário que o candidato envie o aceite definitivo para garantir sua vaga.

1.5. DA PARTICIPAÇÃO COMO CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA

1.5.1 As pessoas com deficiência, resguardadas as condições previstas no Decreto N° 3.298/99, participarão do concurso em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao dia, ao horário e local de aplicação das provas, e à nota mínima exigida para todos os candidatos.

1.5.2 O candidato que optou por concorrer a vaga reservada à pessoa com deficiência, deverá apresentar relatório do médico assistente, conforme descrito no item 1.5.3 deste edital e, se classificado nas etapas de seleção, ser submetido à análise e entrevista por Banca de Verificação e Validação para comprovação da condição de deficiência, em data, horário e local estabelecidos pela UFMG.

1.5.3 DO RELATÓRIO DO MÉDICO ASSISTENTE

1.5.3.1 O relatório do médico assistente e exames complementares deverão obedecer às seguintes exigências:

a) no relatório do médico assistente deverá constar o nome e o número do documento de identificação do candidato, o nome, o número do registro no Conselho Regional de Medicina (CRM) e a assinatura do médico responsável pela emissão do relatório;

b) o relatório do médico assistente deverá descrever a espécie de deficiência, bem como a sua provável causa, com expressa referência ao código correspondente da classificação internacional de doenças (CID 10);

c) no caso de pessoa surda ou com deficiência auditiva, o laudo médico deverá vir acompanhado do original do exame de audiometria e do relatório do otorrinolaringologista, informando se a perda auditiva do candidato é passível de alguma melhora com uso de prótese.

d) no caso de pessoa com deficiência visual, o laudo deverá vir acompanhado do original do exame de acuidade visual em ambos os olhos (AO), com e sem correção e de campo visual, se for o caso;

e) no caso de pessoa com outras deficiências, o laudo poderá vir acompanhado de exames de imagem ou outros que corroborem para o diagnóstico.

1.5.4. A Banca de Verificação e Validação será composta por equipe multiprofissional e interdisciplinar, para avaliação da deficiência do candidato.

1.5.5. A entrevista será gravada por dispositivo de captura de som e imagem, devidamente aferido pela Universidade quanto à idoneidade e à confiabilidade.

1.5.6. Previamente à gravação, o candidato deverá assinar um termo de ciência e concordância de gravação dos procedimentos de submissão à Banca de Verificação e Validação.

1.5.7. A UFMG, por meio da Banca de Verificação e Validação, poderá, a seu critério, solicitar ao candidato novos exames ou a submissão à perícia médica, em data e horário informados no momento do procedimento presencial obrigatório.

1.5.8. O candidato que optou por concorrer a uma vaga na modalidade de vaga reservada à pessoa com deficiência e que recusar a se submeter à análise por Banca de Verificação e Validação ou a perícia médica, quando for o caso, ou que não apresentar relatório do seu médico, ou que não tiver comprovada condição de deficiência pela Banca de Verificação e Validação realizada pela UFMG, não poderá efetivar seu registro acadêmico, perdendo o direito à vaga no curso.

1.6. DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

1.6.1 Aos candidatos com deficiência são assegurados condições especiais para realização das provas.

1.6.2 A solicitação de condições especiais será atendida mediante análise prévia do grau de necessidade, segundo critérios de viabilidade e razoabilidade.

1.6.3 O candidato que solicitar qualquer condição especial e não apresentar o relatório médico terá o pedido de condições especiais indeferido e não poderá realizar as provas em caráter especial.

1.6.4 A omissão do candidato de solicitar condições especiais implica a realização das

provas em igualdade de condições com os demais candidatos, não sendo concedido qualquer atendimento especial no dia da prova.

1.6.5 Os candidatos que possuam alguma deficiência e que necessitem de tempo adicional para fazer as provas deverão declarar no ato da inscrição a opção por tempo adicional;

1.6.6 O candidato que, em razão da deficiência, necessitar de tempo adicional para fazer as provas deverá solicitar ao especialista da área de sua deficiência que expresse, detalhadamente, no relatório médico a justificativa para concessão dessa condição especial.

1.6.7 O candidato que não apresentar o relatório médico com a justificativa para concessão do tempo adicional ou aquele que apresentar relatório no qual o médico descreva que o candidato não necessita desse tempo terá o pedido indeferido.

1.6.8 O tempo adicional para a realização das provas será de até uma hora.

1.6.9 O candidato com deficiência que, no ato da inscrição, não solicitar o tempo adicional, embora o médico prescreva no relatório a necessidade desse tempo, terá a sua vontade respeitada.

1.6.10 O candidato que em razão da deficiência necessitar de outras condições especiais para realização das provas, excluindo-se o atendimento domiciliar, deverá proceder de acordo com o especificado no item 1.3.4 deste Edital.

1.7. DO RESULTADO FINAL E PRELIMINAR

1.7.1 O resultado final será divulgado somente após as três rodadas previamente determinadas pela ANPEC em calendário específico, disponível na página da organizadora. O critério de desempate na UFMG será a pontuação média das notas obtidas nas provas de Macroeconomia e Microeconomia. A lista final dos candidatos selecionados será divulgada no **dia 19 de dezembro de 2019** na Secretaria e na página web do Programa de Pós-Graduação em Economia.

1.7.2 Os candidatos indígenas aprovados serão ordenados segundo a sequência decrescente da nota final, com a indicação de resultado: **“aprovado e classificado”** ou **“aprovado, mas não-classificado”**. Serão admitidos os candidatos aprovados e classificados por ordem decrescente da nota final nas vagas de indígena, até o limite das vagas disponibilizadas neste Edital.

1.7.3 Os candidatos com deficiência aprovados serão ordenados segundo a sequência decrescente da nota final, com a indicação de resultado: **“aprovado e classificado, condicionado à constatação pela Banca de Verificação e Validação da UFMG”** ou **“aprovado condicionado à constatação pela Banca de Verificação e Validação da UFMG, mas não-classificado”**. Serão admitidos os candidatos aprovados e classificados e que tiverem a condição de pessoa com deficiência constatada pela **Banca de Verificação e Validação** da UFMG por ordem decrescente da nota final nas vagas de candidatos com deficiência, até o limite das vagas disponibilizadas neste Edital.

1.7.4 Havendo desistência de candidato indígena aprovado, a vaga será preenchida pelo

candidato indígena aprovado e classificado em ordem decrescente de nota final.

1.7.5 Havendo desistência de candidato com deficiência aprovado, a vaga será preenchida pelo candidato com deficiência classificado em ordem decrescente de nota final.

1.7.6 Não havendo candidato indígena aprovado em número suficiente para o preenchimento das vagas suplementares previstas pelo curso, as vagas remanescentes serão desconsideradas.

1.7.7 Não havendo candidato com deficiência aprovado em número suficiente para o preenchimento das vagas suplementares previstas pelo curso, as vagas remanescentes serão desconsideradas.

1.7.8 As notas obtidas em cada etapa do processo seletivo com a ordenação dos candidatos pela sequência decrescente das notas finais apuradas nas vagas de indígena e deficiente, serão afixadas no quadro de avisos da Secretaria do Programa e divulgadas no *site* www.cedeplar.ufmg.br, até o dia 19 de dezembro de 2019.

2. SOBRE A SELEÇÃO PARA O CURSO DE DOUTORADO

2.1. DAS INFORMAÇÕES PRELIMINARES

2.1.1 Para concorrer às vagas oferecidas neste edital, o candidato deverá, obrigatoriamente, comprovar sua condição de pessoa com deficiência ou indígena.

2.1.2 Serão consideradas pessoas com deficiência aquelas que se enquadrarem nas categorias indicadas no artigo 4º do Decreto nº 3.298/99 e suas alterações, na súmula Nº 377-STJ, de 22 de abril de 2009 e na Lei 12.764/2012.

2.1.3 Não poderão concorrer às vagas reservadas para pessoas com deficiência os candidatos que apresentem: deformidades estéticas; deficiências sensoriais que não impliquem impedimento e restrição para o seu desempenho no processo de ensino aprendizagem; transtornos específicos do desenvolvimento das habilidades escolares (CID10-F81); dislexia e outras disfunções simbólicas (CID-R48); transtornos hipercinéticos (CID10- F90); transtornos mentais e comportamentais (CID10-F00 – F99); ou mobilidade reduzida.

2.1.4 Consideram-se indígenas os candidatos assim autodeclarados, que apresentarem declaração sobre sua condição de pertencimento étnico, assinada por pelo menos três lideranças reconhecidas de sua respectiva comunidade, e declaração da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), atestando que o candidato reside em comunidade indígena.

2.1.5 A Coordenação do Programa poderá, a seu critério e visando atender aos interesses públicos, fazer alterações neste Edital, as quais serão divulgadas na página eletrônica do Programa – www.cedeplar.ufmg.br, em prazo hábil, por meio de editais complementares ou retificadores. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes ao processo seletivo.

2.2. DAS VAGAS

2.2.1 Serão oferecidas, para ingresso no primeiro semestre de 2020, duas vagas para o Doutorado (uma para indígenas e uma para pessoas com deficiência).

2.2.2 A reserva de vagas destinada ao processo seletivo somente será aplicada aos candidatos que cumprirem os critérios exigidos em cada modalidade de vaga selecionada.

2.2.3 A opção de reserva de vagas só poderá ser feita no ato da inscrição no processo seletivo, observado o período determinado para esse procedimento.

2.2.4 As vagas serão preenchidas pelos (as) candidatos (as) aprovados(as) que obtiverem melhor classificação, respeitando-se o limite máximo de vagas deste edital, independentemente das áreas de concentração ou linhas de pesquisa.

2.3. DA INSCRIÇÃO

2.3.1 Antes de se inscrever no processo seletivo, o candidato deverá tomar ciência do conteúdo deste Edital, incluindo os demais documentos que o integram, para certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos.

2.3.2 As inscrições serão feitas exclusivamente via Internet, das 12 horas do dia 15 de julho de 2019 até as 23h59min do dia 01 de outubro de 2019 (horário de Brasília), acessando o site <https://cedeplar.ufmg.br/economia/processo-seletivo>, preenchendo o formulário de inscrição e submetendo todos os documentos solicitados no item 2.3.7 deste Edital, em arquivo no formato Portable Document Format (PDF), durante o período de vigência das inscrições. Contatos – Telefone: (31) 3409.7087 ou 3409.7156; fax: 3409.7203; E-mail: pgdemografiaeconomia@cedeplar.ufmg.br; Site: <http://www.cedeplar.ufmg.br>.

2.3.3 O valor da taxa de inscrição é R\$ 155,95 (cento e cinquenta e cinco reais e noventa e cinco centavos), conforme estabelece a Resolução Nº 30, de 13 de dezembro de 2007, do Conselho Universitário da UFMG. O pagamento desta taxa deverá ser feito mediante a Guia de Recolhimento da União (GRU), que deverá ser gerada no endereço https://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru_novosite/gru_simples.asp com os códigos indicados no Anexo deste Edital. Será isento do pagamento dessa taxa o candidato cuja situação econômica justifique a gratuidade de sua isenção, a qual deverá ser solicitada à Fundação Universitária Mendes Pimentel - FUMP, pelo menos 15 dias antes do encerramento do período das inscrições ao processo de seleção. Informações a respeito do processo de solicitação de isenção devem ser obtidas no endereço www.fump.ufmg.br ou diretamente na sede da FUMP, na Avenida Antônio Abrahão Caram, 610 - Bairro São José - Belo Horizonte - MG - Telefone (31) 3409 -8400. Salvo caso de cancelamento ou de anulação do processo seletivo, em hipótese alguma será devolvido o valor da taxa de inscrição.

2.3.4 Integram o presente edital os seguintes formulários (disponíveis no site do Programa):

a) Cadastro de Inscrição on-line – disponível no site do Cedeplar (<http://www.cedeplar.ufmg.br>);

- b) Formulário Autodeclaração de pessoa com deficiência;
- c) Modelo de relatório do médico assistente (ou outro, desde que nele contenha todas as informações que constam do modelo);
- d) Formulário de solicitação de condições especiais para realizar a prova;
- e) Formulário de autoreconhecimento Indígena;
- f) Formulário de declaração de lideranças indígenas;
- g) Formulário de declaração de residência em comunidade indígena.

2.3.5 No ato da inscrição, o candidato com deficiência deverá anexar relatório médico que atesta o tipo de deficiência que apresenta, informar se necessita e quais medidas são necessárias para a realização das provas, demandas que serão atendidas segundo critérios de viabilidade e razoabilidade.

2.3.6 O candidato que declarar ter alguma deficiência, se classificado no processo seletivo, deverá se submeter à análise obrigatória feita por Banca de Verificação e Validação, designada pela Reitoria da UFMG, para comprovação da condição de pessoa com deficiência. O ingresso do candidato com deficiência aprovado no curso fica condicionado à caracterização de sua deficiência atestada pela Banca de Verificação e Validação.

2.3.7 Para se inscrever na seleção, o candidato deverá preencher obrigatoriamente o formulário eletrônico de inscrição de edital suplementar no site <https://cedeplar.ufmg.br/economia/processo-seletivo>, identificando a modalidade de vaga e se tem necessidade de condição especial para realizar a prova e anexar os seguintes documentos (em formato PDF):

- a) Comprovação do pagamento da taxa de inscrição ou de sua isenção pela FUMP;
- b) 01 (uma) foto 3x4 recente;
- c) Cópia do diploma de graduação (frente e verso em arquivo único) expedido por estabelecimento oficial ou oficialmente reconhecido ou documento equivalente, ou de outro documento que comprove estar o candidato em condições de concluir o curso de graduação antes do período para registro acadêmico no curso de pós-graduação, ficando tal registro condicionado à prova de conclusão da graduação (colação de grau);
- d) Cópia do histórico escolar do curso de graduação e, se houver, cópia do histórico escolar do curso de pós-graduação;
- e) *Curriculum vitae* com comprovação de graus acadêmicos;
- f) Cópia da cédula de identidade, certidão de nascimento ou casamento, CPF, comprovante de residência (recente), certidão de quitação eleitoral (que pode ser obtida em <http://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral>) (não serão aceitos comprovantes individuais de votação) e ainda, para candidato do sexo masculino, prova de estar em dia com a obrigação militar. O candidato estrangeiro deverá apresentar os

documentos exigidos pela legislação específica;

g) Candidatos interessados em obter dispensa da prova de língua inglesa prevista no item 2.5.1, sub-item (ii) deste Edital, deverão apresentar comprovação de conhecimento de língua inglesa em exame desse idioma realizado, nos últimos 3 anos, para processo de seleção em curso de pós-graduação credenciado pela Capes, desde que tenha obtido rendimento igual ou superior a 60%. O candidato que não apresentar tal comprovação terá seu conhecimento de língua inglesa avaliado em exame escrito de compreensão de texto neste processo seletivo;

h) Proposta fundamentada de pesquisa que deve contemplar os seguintes itens: 1) elaboração da pergunta principal e dos objetivos da proposta de pesquisa; 2) factibilidade e justificativa da proposta; 3) revisão da literatura para contextualização da pergunta e da contribuição prevista; 4) metodologia. Esta proposta deverá ter uma folha de rosto com o nome do candidato e o título do projeto e não poderá conter nenhuma forma de identificação do candidato ao longo do texto, sob pena de sua desclassificação;

i) para concorrer como candidato indígena, os seguintes formulários preenchidos, em modelo disponível na Secretaria e no sítio do Programa (www.cedeplar.ufmg.br), deverão ser apresentados: i) autoreconhecimento indígena; ii) declaração assinada por pelo menos três lideranças indígenas ou declaração da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), atestando que o candidato reside em comunidade indígena;

j) para concorrer como candidato com deficiência, os seguintes formulários preenchidos, em modelo disponível na Secretaria e no sítio do Programa (www.cedeplar.ufmg.br), deverão ser apresentados: 1) autodeclaração de pessoa com deficiência; 2) relatório do médico assistente; 3) formulário de solicitação de condições especiais para realizar a prova.

2.3.8 Adicionalmente aos documentos mencionados acima, devem ser enviadas, diretamente pelos recomendantes, 3 (três) cartas de recomendação, seguindo formulário específico disponível no site do programa, para: pgdemografiiaeconomia@cedeplar.ufmg.br;

2.3.9 Após a inscrição, será atribuído a cada candidato um número que identificará seu exame escrito de interpretação de texto sobre a conjuntura econômica brasileira, sua prova escrita de língua inglesa e seu projeto de pesquisa, sendo vedado o conhecimento desse número pela banca examinadora.

2.3.10 Inscrições com documentação incompleta ou enviada fora do prazo estabelecido neste Edital SERÃO INDEFERIDAS. Nenhum documento poderá ser anexado após envio da inscrição.

2.3.11 O resultado do deferimento das inscrições, incluindo o aceite da comprovação de conhecimento de língua inglesa, será divulgado no dia 08 de outubro de 2019, na Secretaria e no site do Programa.

2.3.12 Os recursos contra o resultado da homologação das inscrições deverão ser apresentados em até 02 (dois) dias corridos após a data de sua divulgação. Os pedidos de recurso devem ser feitos por escrito, datados e assinados pelo candidato ou seu representante legal e entregues pessoalmente, mediante protocolo, na Secretaria do

Programa no endereço indicado no item 1.3.2 e horário de funcionamento de 9:00h às 12:00h e de 14:00h às 17:00h.

2.3.13 As informações prestadas no formulário de inscrição são de inteira responsabilidade do candidato, dispondo a UFMG do direito de excluir deste concurso, mesmo que tenha sido aprovado em todas as provas, independentemente de qualquer aviso ou diligência, aquele que fornecer dados comprovadamente inverídicos, cabendo, neste caso, ampla defesa, conforme o item 2.8.10 deste edital.

2.3.14 A UFMG não se responsabilizará por inscrição não recebida por motivos de natureza técnica associados a computadores, a falhas de comunicação, a congestionamento de linhas de comunicação e por quaisquer outros motivos de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados para consolidação da inscrição.

2.4. DA BANCA EXAMINADORA

2.4.1 A Banca Examinadora do processo seletivo será constituída por 07 (sete) professores que lecionam regularmente no Programa de Pós-Graduação em Economia e sua designação está a cargo do Colegiado de Pós-Graduação em Economia. A relação nominal da banca examinadora será divulgada, na Secretaria e no site do Programa, até 48 horas antes do início do processo seletivo, junto com a declaração de inexistência de impedimento e suspeição de cada membro da banca em função dos candidatos inscritos neste concurso.

2.5. DO PROCESSO SELETIVO

2.5.1 A seleção do doutorado consistirá de 4 etapas: (i), (ii), (iii) e (iv). A não realização de quaisquer etapas do processo de seleção ocasionará a eliminação do candidato.

(i) avaliação da proposta fundamentada de pesquisa dos candidatos. Esta etapa é eliminatória e classificatória. Será atribuída nota de 0 a 100 a esta etapa, em que serão avaliados o conteúdo (70 pontos) e originalidade (30 pontos) das propostas. Serão aprovados os candidatos que obtiverem, no mínimo, 60% dos pontos. O resultado desta etapa será divulgado na Secretaria do Programa e no *Site* do curso, no dia **22 de outubro de 2019**. Somente os candidatos aprovados nesta etapa participarão das etapas subsequentes.

(ii) exame escrito de compreensão de texto em língua inglesa. Esta etapa tem caráter exclusivamente eliminatório e será realizada em consonância com a Resolução N° 08/2008 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFMG. O exame escrito de língua inglesa terá duração de uma hora e meia e será permitido o uso de dicionário impresso. O candidato deverá trazer seu próprio dicionário. O exame de compreensão de língua inglesa será realizado nas dependências da Faculdade de Ciências Econômicas, no dia **05 de novembro de 2019**, de 10:00 às 11:30 horas, em local a ser indicado pela Secretaria do Programa. Esta prova também poderá ser realizada no mesmo dia e horário em instituições acadêmicas reconhecidas pelo CEDEPLAR/UFMG em outras capitais brasileiras. A definição dessas instituições será informada no site <https://cedeplar.ufmg.br/economia/processo-seletivo>, 48 horas antes da data das provas. Neste exame, será avaliada a capacidade de compreensão de texto em língua inglesa, sendo atribuída nota de 0 a 100 pontos para este quesito. A pontuação mínima para aprovação neste exame é de 60%. A nota obtida neste exame não entrará no cômputo da

média final para aprovação do candidato, mas a aprovação neste exame, ou a dispensa dele nos termos deste Edital, é condição para ingresso no doutorado. Serão dispensados deste exame os candidatos que apresentarem, no ato da inscrição, comprovação de aprovação em exame de língua inglesa realizado, nos últimos 3 anos, para exame de seleção em cursos de pós-graduação credenciados pela Capes, desde que tenha obtido rendimento igual ou superior a 60%.

(iii) exame escrito de interpretação de texto sobre a conjuntura econômica brasileira, de caráter classificatório. Será atribuída uma nota de 0 a 100 a esta etapa, em que serão avaliados a capacidade dos candidatos de compreensão de texto (30 pontos), de elaboração e organização dos argumentos (40 pontos) e seu poder de síntese (30 pontos). O exame escrito de interpretação de texto sobre a conjuntura econômica brasileira terá duração de uma hora e meia e não será permitida a consulta de qualquer tipo de material bibliográfico. Esse exame será realizado nas dependências da Faculdade de Ciências Econômicas, no dia **05 de novembro de 2019**, de 14:00 às 15:30 horas, em local a ser indicado pela Secretaria do Programa. Essa prova também poderá ser realizada no mesmo dia e horário em instituições acadêmicas reconhecidas pelo CEDEPLAR/UFMG em outras capitais brasileiras. A definição dessas instituições será informada no site <https://cedeplar.ufmg.br/economia/processo-seletivo>, 48 horas antes da data das provas.

(iv) arguição oral sobre a proposta fundamentada de pesquisa do candidato, de caráter eliminatório e classificatório. Será atribuída uma nota de 0 a 100 a esta etapa e serão aprovados os candidatos que obtiverem, no mínimo, 60% dos pontos. Nesta etapa será avaliada a adequação da proposta a uma das áreas de concentração do Programa (20 pontos), bem como sua qualidade (50 pontos) e viabilidade de execução (30 pontos). A arguição oral sobre a proposta de pesquisa será realizada nos dias **06 e 07 de novembro de 2019**, de 08:00 às 18:00 horas nas dependências da Faculdade de Ciências Econômicas, em local a ser indicado pela Secretaria do Programa. Esta arguição também poderá ser realizada remotamente, por Skype ou Videoconferência, nos mesmos dias e horários, para os candidatos que realizarem as demais provas em instituições acadêmicas reconhecidas pelo CEDEPLAR/UFMG em outras capitais brasileiras. A definição dessas instituições será informada no site <https://cedeplar.ufmg.br/economia/processo-seletivo>, 48 horas antes da data das provas.

2.5.2 Caberá recurso contra o resultado da etapa (i), com efeito suspensivo, sem prejuízo do recurso final. Os resultados das etapas (ii), (iii) e (iv) serão divulgados com o resultado final. Os recursos, parcial e final, deverão ser dirigidos à Coordenação do Programa e entregues pessoalmente na Secretaria do Programa, no endereço indicado no item 1.3.2 deste edital. No caso de a entrega ser feita por um terceiro, este deverá estar munido de procuração simples. Não serão aceitos pedidos de recursos interpostos por via postal, fax, correio eletrônico. Durante o período de recurso, o candidato terá acesso às suas respectivas avaliações. O candidato que interpuser recurso deve indicar com precisão o item ou os critérios questionados, fundamentando com lógica e consistência seus argumentos. Cada recurso deverá ser entregue na forma de carta, digitada ou em caligrafia legível, onde deverá constar o nome do candidato, o item a ser recorrido, o argumento e assinatura do candidato. Recursos inconsistentes serão indeferidos.

2.6. DA PARTICIPAÇÃO COMO CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA

2.6.1 As pessoas com deficiência, resguardadas as condições previstas no Decreto N° 3.298/99, participarão do concurso em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao dia, ao horário e local de aplicação das provas, e à nota mínima exigida para todos os candidatos.

2.6.2 O candidato que optou por concorrer a vaga reservada à pessoa com deficiência, deverá apresentar relatório do médico assistente, conforme descrito no item 2.6.3 deste edital e, se classificado nas etapas de seleção, ser submetido à análise e entrevista por Banca de Verificação e Validação para comprovação da condição de deficiência, em data, horário e local estabelecidos pela UFMG.

2.6.3 DO RELATÓRIO DO MÉDICO ASSISTENTE

2.6.3.1 O relatório do médico assistente e exames complementares deverão obedecer às seguintes exigências:

a) no relatório do médico assistente deverá constar o nome e o número do documento de identificação do candidato, o nome, o número do registro no Conselho Regional de Medicina (CRM) e a assinatura do médico responsável pela emissão do relatório;

b) o relatório do médico assistente deverá descrever a espécie de deficiência, bem como a sua provável causa, com expressa referência ao código correspondente da classificação internacional de doenças (CID 10);

c) no caso de pessoa surda ou com deficiência auditiva, o laudo médico deverá vir acompanhado do original do exame de audiometria e do relatório do otorrinolaringologista, informando se a perda auditiva do candidato é passível de alguma melhora com uso de prótese.

d) no caso de pessoa com deficiência visual, o laudo deverá vir acompanhado do original do exame de acuidade visual em ambos os olhos (AO), com e sem correção e de campo visual, se for o caso;

e) no caso de pessoa com outras deficiências, o laudo poderá vir acompanhado de exames de imagem ou outros que corroborem para o diagnóstico.

2.6.4. A Banca de Verificação e Validação será composta por equipe multiprofissional e interdisciplinar, para avaliação da deficiência do candidato.

2.6.5. A entrevista será gravada por dispositivo de captura de som e imagem, devidamente aferido pela Universidade quanto à idoneidade e à confiabilidade.

2.6.6. Previamente à gravação, o candidato deverá assinar um termo de ciência e concordância de gravação dos procedimentos de submissão à Banca de Verificação e Validação.

2.6.7. A UFMG, por meio da Banca de Verificação e Validação, poderá, a seu critério, solicitar ao candidato novos exames ou a submissão à perícia médica, em data e horário informados no momento do procedimento presencial obrigatório.

2.6.8. O candidato, que optou por concorrer a uma vaga na modalidade de vaga reservada à pessoa com deficiência e que recusar a se submeter à análise por Banca de Verificação e Validação ou a perícia médica, quando for o caso, ou que não apresentar relatório do seu médico, ou que não tiver comprovada condição de deficiência pela Banca de Verificação e Validação realizada pela UFMG, não poderá efetivar seu registro acadêmico, perdendo o direito à vaga no curso.

2.7. DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

2.7.1 Aos candidatos com deficiência são assegurados condições especiais para realização das provas.

2.7.2 A solicitação de condições especiais será atendida mediante análise prévia do grau de necessidade, segundo critérios de viabilidade e razoabilidade.

2.7.3 O candidato que solicitar qualquer condição especial e não apresentar o relatório médico terá o pedido de condições especiais indeferido e não poderá realizar as provas em caráter especial.

2.7.4 A omissão do candidato de solicitar condições especiais implica a realização das provas em igualdade de condições com os demais candidatos, não sendo concedido qualquer atendimento especial no dia da prova.

2.7.5 Os candidatos que possuam alguma deficiência e que necessitem de tempo adicional para fazer as provas deverão declarar no ato da inscrição a opção por tempo adicional;

2.7.6 O candidato que, em razão da deficiência, necessitar de tempo adicional para fazer as provas deverá solicitar ao especialista da área de sua deficiência que expresse, detalhadamente, no relatório médico a justificativa para concessão dessa condição especial.

2.7.7 O candidato que não apresentar o relatório médico com a justificativa para concessão do tempo adicional ou aquele que apresentar relatório no qual o médico descreva que o candidato não necessita desse tempo terá o pedido indeferido.

2.7.8 O tempo adicional para a realização das provas será de até uma hora.

2.7.9 O candidato com deficiência que, no ato da inscrição, não solicitar o tempo adicional, embora o médico prescreva no relatório a necessidade desse tempo, terá a sua vontade respeitada.

2.7.10 O candidato que em razão da deficiência necessitar de outras condições especiais para realização das provas, excluindo-se o atendimento domiciliar, deverá proceder de acordo com o especificado no item 2.3.5 deste Edital.

2.8 DO RESULTADO FINAL E PRELIMINAR

2.8.1 A nota final de cada candidato será a média ponderada das notas obtidas nas avaliações realizadas, exceto na prova de língua inglesa. Os pesos (em porcentagem) atribuídos às etapas de seleção para o cálculo da nota final são os seguintes: avaliação da proposta fundamentada de pesquisa (50%), exame escrito de interpretação de texto sobre a

conjuntura econômica brasileira (20%) e arguição oral sobre a proposta de pesquisa (30%).

2.8.2 Os candidatos indígenas serão ordenados segundo a sequência decrescente da nota final, com a indicação de resultado: “aprovado e classificado” ou “aprovado, mas não-classificado” ou “reprovado”. Serão admitidos os candidatos aprovados e classificados por ordem decrescente da nota final nas vagas de indígena, até o limite das vagas disponibilizadas neste Edital.

2.8.3 Os candidatos com deficiência serão ordenados segundo a sequência decrescente da nota final, com a indicação de resultado: “aprovado e classificado, condicionado à constatação pela Banca de Verificação e Validação da UFMG” ou “aprovado condicionado à constatação pela Banca de Verificação e Validação da UFMG, mas não-classificado” ou “reprovado”. Serão admitidos os candidatos aprovados e classificados e que tiverem a condição de pessoa com deficiência constatada pela Banca de Verificação e Validação da UFMG por ordem decrescente da nota final nas vagas de candidatos com deficiência, até o limite das vagas disponibilizadas neste Edital.

2.8.4 Os critérios de desempate são, em ordem de precedência: 1) a pontuação obtida na avaliação da proposta fundamentada de pesquisa; 2) a pontuação obtida no exame escrito de interpretação de texto sobre a conjuntura econômica brasileira.

2.8.5 O resultado final será divulgado no dia **27 de novembro de 2019** na Secretaria e no *Site* do Curso. As notas de cada etapa da seleção de candidatos ao Curso de Doutorado estarão à disposição dos candidatos na Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Economia e no *Site* do curso a partir do dia **27 de novembro de 2019**.

2.8.6 Havendo desistência de candidato indígena aprovado, a vaga será preenchida pelo candidato indígena aprovado e classificado em ordem decrescente de nota final.

2.8.7 Não havendo candidatos indígenas aprovados, em número suficiente para o preenchimento das vagas suplementares previstas pelo curso, as vagas remanescentes serão desconsideradas.

2.8.8 Havendo desistência de candidato com deficiência aprovado, a vaga será preenchida pelo candidato com deficiência aprovado e classificado em ordem decrescente de nota final.

2.8.9 Não havendo candidatos com deficiência aprovados em número suficiente para o preenchimento das vagas suplementares previstas pelo curso, as vagas remanescentes serão desconsideradas.

2.8.10 O prazo para recurso contra o resultado do processo seletivo é de 10 dias corridos a partir da data da divulgação do teor da decisão, conforme estabelece o Regimento Geral da UFMG e da Resolução nº 13/2010, de 11 de novembro de 2010, do Conselho Universitário da UFMG. Os recursos deverão ser dirigidos à Coordenação do Programa e entregues, pessoalmente ou por procurador mediante procuração simples, no endereço da Secretaria indicado no item 1.3.2 e horário de funcionamento da Secretaria de 9:00h às 12:00h e de 14:00h às 17:00h. Os candidatos terão acesso às suas respectivas avaliações durante o período de recurso. Não há garantia de bolsas para os candidatos aprovados e classificados.

2.8.11 Se houver alteração da classificação geral dos candidatos por força de provimento de algum recurso, ocorrerá uma reclassificação e será considerada válida a classificação retificada.

2.8.12 Os candidatos reprovados e os aprovados, mas não classificados e aqueles cuja inscrição não foi homologada, deverão retirar sua documentação apresentada para a inscrição até 30 dias após o prazo para recurso final. Após este prazo, os documentos não retirados serão incinerados.

3. DO REGISTRO E DA MATRÍCULA

3.1 Os candidatos aprovados e classificados, que tenham enviado o aceite definitivo no processo seletivo do mestrado, e os aprovados e classificados no processo seletivo do doutorado de que trata este Edital, deverão efetuar, exclusivamente pela internet, no período de **21 de janeiro de 2020** até **18 de fevereiro de 2020**, o seu cadastro prévio, mediante o preenchimento de formulário disponível no site <https://sistemas.ufmg.br/cadastroprevio>. O DRCA tomará as providências para efetuar o Registro Acadêmico após o recebimento da documentação completa dos candidatos selecionados, na forma exigida (cópias legíveis e sem rasuras) e do preenchimento da Ficha de Cadastro Prévio pelo candidato classificado. A documentação completa dos selecionados será enviada ao DRCA pela Secretaria do Curso até o dia **21 de fevereiro de 2020**.

3.2 O candidato com deficiência aprovado e classificado no processo seletivo somente poderá realizar o seu cadastro prévio após o resultado de constatação da condição de pessoa com deficiência pela Banca de Verificação e Validação da UFMG.

3.3 Documentos necessários para o registro dos candidatos classificados e selecionados:

3.3.1 Candidatos brasileiros:

1. **CPF** (Cadastro de Pessoa Física);

2. **Documento de Identidade com validade nacional:** RG, Carteira emitida por órgão de classe com validade nacional, Carteira de Trabalho (página de identificação), CNH, Identidade expedida por Ministério Militar, Identidade Policial Militar;

3. **Certidão de Nascimento ou de Casamento;**

4. **Certidão de quitação eleitoral** (que pode ser obtida em <http://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral>) (não serão aceitos comprovantes individuais de votação);

5. **Documento militar válido** (apenas candidato do sexo masculino), com informação de cumprimento das obrigações correspondentes e atualizado nos casos aplicáveis.

5.1. Documentos com data de validade expirada não poderão ser utilizados. A partir de 1º de janeiro do ano que completarem 46 anos de idade, os candidatos estarão desobrigados de apresentar o documento militar, nos termos dos arts. 170 e 210 do [Decreto nº 57.654, de 20 de janeiro de 1966](#);

5.2. Graduados em Medicina, Farmácia, Odontologia e Veterinária devem observar se o documento possui as informações aplicáveis sobre comunicação de término de graduação ou incorporação, em cumprimento ao §3º do Art. 75 da [Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964](#) (Lei do serviço militar), cuja determinação é de que os concluintes desses cursos que

possuam o Certificado de Dispensa de Incorporação deverão ter o mesmo revalidado pela região militar respectiva, com a ratificação da dispensa.

6. Comprovante de residência (em nome próprio ou de outrem);

7. Para candidatos com deficiência: a) Formulário Autodeclaração de pessoa com deficiência; b) Modelo de relatório do médico assistente (ou outro, desde que contenha todas as informações que constam do modelo); c) Formulário de solicitação de condições especiais para realizar a prova;

8. Para candidatos indígenas: a) Formulário de autorreconhecimento Indígena; b) Formulário de declaração de lideranças indígenas; c) Formulário de declaração de residência em comunidade indígena.

9. Cópia do histórico escolar do curso de graduação;

10. Comprovante de conclusão de curso de graduação reconhecido pelo MEC (diploma registrado, certificado ou declaração informando que o aluno concluiu o curso. Em caso de certificado ou declaração, deve constar a data da colação de grau. Não serão aceitas declarações com previsão, seja de conclusão, seja de colação de grau);

3.3.2 Candidatos estrangeiros:

1. CPF (Cadastro de Pessoa Física, que pode ser obtido no site <http://www.portalconsular.itamaraty.gov.br/outros-servicos/cpf>). Para informações sobre como obter CPF no exterior, entre em contato com a Repartição Consular Brasileira (<http://www.portalconsular.itamaraty.gov.br>) mais próxima a você;

2. Passaporte, especificamente:

a) página de identificação;

b) páginas do visto de entrada no Brasil (tipos: permanente, temporários I, IV, V), ou do Acordo de Residência do Mercosul;

Em caso de vencimento do visto, ou de proximidade de vencimento igual ou inferior a 30 dias, encaminhar também cópia do protocolo de prorrogação emitido pela Polícia Federal.

3. Cédula de Identidade de Estrangeiro emitida pela Polícia Federal - RNE (Registro Nacional de Estrangeiro) ou impressão de tela do Sincro (Sistema de Cadastro e Registro de Estrangeiro), devidamente válida, carimbada e assinada por agente da Polícia Federal;

4. Comprovante de residência no Brasil (em nome próprio ou de outrem);

5. Comprovante de conclusão de curso de graduação reconhecido pelo MEC (diploma registrado, certificado ou declaração informando que o aluno concluiu o curso. Em caso de certificado ou declaração, deve constar a data da colação de grau. Não serão aceitas declarações com previsão, seja de conclusão, seja de colação de grau);

3.4 Para curso de graduação concluído no exterior, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

1. Cópia do diploma de curso de graduação com a devida legalização consular (ver abaixo informações sobre a Convenção de Haia);

2. Tradução juramentada para o português do diploma de curso de graduação (exceto diplomas cujos originais foram emitidos em espanhol, inglês, francês).

3. A tradução deverá ser feita por tradutor público residente no Brasil. Os tradutores juramentados são registrados nas juntas comerciais ou órgãos similares dos Estados

brasileiros. Para localizar tradutores em Minas Gerais, consulte o site da [JUCEMG](http://www.jucemg.org.br).

4. Nota: Diplomas de cursos de pós-graduação stricto sensu (mestrado ou doutorado), emitidos por instituições reconhecidas pelo MEC, poderão ser aceitos em substituição aos de graduação, desde que devidamente registrados e, caso emitidos por instituições estrangeiras, devidamente legalizados, além de observarem as mesmas disposições acima sobre tradução de diplomas de graduação.

5. **Convenção de Haia:** Simplificação de legalização de documentos estrangeiros para países signatários da Convenção de Haia, conforme Decreto 8.660, de 29 de janeiro de 2016: Documentos oriundos de países que também aderiram à convenção mencionada trarão, em anexo ou em seu próprio corpo, uma apostila com o título "Apostille" e a menção à "Convention de La Haye du 5 octobre 1961", em francês. Demais dados poderão figurar na língua do país emitente e em um segundo idioma (provavelmente inglês ou francês); Documentos oriundos de países que não aderiram àquela convenção continuarão utilizando o trâmite padrão de legalização (entre o Ministério das Relações Exteriores do Brasil e seu equivalente no país onde o documento foi produzido), por meio de selo ou carimbo de legalização consular.

3.5 O candidato que apresentou, no período de inscrição, documento comprobatório de estar em condições de concluir o curso de graduação antes do período para registro acadêmico no curso de pós-graduação, deverá entregar na Secretaria do Programa, **até o dia 18 de fevereiro de 2020**, documento que comprove a conclusão do curso de graduação (cópia do diploma de graduação, expedido por estabelecimento oficial ou oficialmente reconhecido **ou** declaração de conclusão de curso em que conste a data da colação do grau). Não serão aceitas declarações com previsão de conclusão ou de colação.

3.6 Em caso de curso de graduação concluído no exterior, deverá ser apresentada cópia do diploma de curso de graduação com selo de autenticação consular, conforme legislação vigente, e tradução juramentada para o português, exceto aqueles expedidos em língua inglesa, espanhola e francesa. A tradução deverá ser feita por tradutor público residente no Brasil.

3.7 Candidatos estrangeiros deverão apresentar à Secretaria do Programa, **até o dia 18 de fevereiro de 2020**, o Registro Nacional de Estrangeiro - RNE o Registro Nacional Migratório – RNM ou Certidão de Registro emitida pela Polícia Federal e o passaporte com visto válido de entrada no Brasil, documento que comprove filiação e demais documentos a serem informados pela Secretaria do Programa.

3.8 É vedado o registro acadêmico simultâneo em mais de um curso de graduação, de pós-graduação ou em ambos os níveis, conforme o disposto no artigo 39, § 2º do Regimento Geral da UFMG: “cada aluno terá direito a um único registro acadêmico, correspondente a uma só vaga no curso em que foi admitido na UFMG”. Perderá automaticamente o direito à vaga e será considerado formalmente desistente o candidato classificado que não efetuar o Cadastro Prévio na data fixada para a realização desse procedimento ou que não apresentar qualquer dos documentos solicitados neste Edital. O preenchimento de vaga(s) decorrente(s) destas situações será feito mediante convocação de outros candidatos aprovados, observada, rigorosamente, a ordem de classificação segundo a ordem

decrecente de pontos obtidos no concurso, até a data limite para envio da documentação ao DRCA.

3.9 A matrícula dos candidatos aprovados será realizada no Sistema Acadêmico da Pós-Graduação, de acordo com orientação da Secretaria do Programa, em data a ser divulgada, observado o calendário acadêmico da Universidade.

3.10 O Registro Acadêmico e a matrícula dos candidatos com deficiência serão efetuados após o resultado da **Banca de Verificação e Validação**, conforme registrado no item 2.3.6 nesse Edital.

3.11 Serão ofertados **cursos de nivelamento**, cujo objetivo é assegurar um padrão mínimo de proficiência em Estatística e Matemática a todos os candidatos selecionados, que terão início na **segunda quinzena de janeiro de 2020**.

Belo Horizonte, 06 de junho de 2019.

Prof. Gilberto de Assis Libânio
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Economia
CEDEPLAR / UFMG

ANEXO

Instruções para emissão de GRU

Acesse o endereço: https://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru_novosite/gru_simples.asp

- Preencha os dados abaixo:
- **Unidade Gestora (UG):** 153283 **Gestão:** 15229
(O nome da Unidade é preenchido automaticamente pelo sistema)
- **Código do recolhimento:** 28830-6
- Clicar em avançar
- No próximo quadro, preencher:

CPF;
NOME DO CONTRIBUINTE;
Valor principal: R\$ 155,95
Valor total: R\$ 155,95
Número de referência: **não preencher.**

No último campo, selecione a opção "geração em PDF" e clique em "Emitir GRU". Imprimir a GRU e efetuar o pagamento em qualquer agência do Banco do Brasil